



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Gerência de Administração e Logística

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e higienização dos reservatórios com fornecimento de Boletim de Medição para potabilidade da água nas 27 unidades do Instituto Estadual do Ambiente – Inea, incluindo o edifício sede.

2. DA ABRANGÊNCIA DAS ATIVIDADES:

Contratação de empresa especializada no serviço de limpeza e higienização de reservatórios de água com fornecimento de laudo técnico de potabilidade.

UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
Sede	Av. Venezuela, 110, Saúde, Centro	Saúde	Rio de Janeiro
Serviço de Ecologia Aplicada	Estrada da Vista Chinesa, nº 741	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro
Serviço de Almoxarifado	Rua André Pinto, nº 29	Ramos	Rio de Janeiro
Centro de Primatologia	Estrada do Paraíso, s/nº	-	Guapimirim
Gerência de Análises Laboratoriais	Avenida Salvador Allende, nº 5.500	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
Superintendência do Médio Paraíba	Avenida Almirante Adalberto de Barros Nunes, nº 5900	Retiro	Volta Redonda
Superintendência da Baía de Ilha Grande	Avenida Luigui Amêndola, nº 236	Parque das Palmeiras	Angra dos Reis
Superintendência da Baía de Guanabara	Avenida Feliciano Sodré, nº 08	Centro	Niterói
Superintendência Lagos de São João	Rua Bernardo Vasconcelos, nº 154	Centro	Araruama
Escritório Avançado	Rua José Antônio Sampaio, nº 06	Parque Riviera	Cabo Frio
Estação Ecológica de Guaxindiba	Estrada da Cobiça, s/nº	-	São Francisco do Itabapoana
Superintendência do Baixo Paraíba do Sul	Avenida José Alves de Azevedo, nº 483/485 e 489	Parque do Rosário	Campos dos Goytacazes
Parque Estadual da Lagoa do Açú	Avenida Olavo Saldanha, s/n	Farol de São Thomé	Campos dos Goytacazes
Refúgio de Vida Silvestre - PESC	Rua Ariovaldo Salles, nº 42	Barão de Juparanã	Valença
Reserva Biológica de Guaratiba	Estrada da Matriz, nº 4.485	Guaratiba	Rio de Janeiro
Reserva Biológica de Araras	Estrada Bernardo Coutinho, nº 10.351	Araras	Petrópolis
Superintendência de Macaé e Rio das Ostras	Avenida Punta del Leste, nº 187	Cavaleiros	Macaé
Superintendência Rio dois Rios	Avenida Conselheiro Julius Arp. Nº 85	Olaria	Nova

			Friburgo
Superintendência do Rio Piabanha	Rua Buenos Aires, nº 204	Centro	Petrópolis
Parque Estadual da Pedra Branca - Sede	Estrada Pau da Fome, nº 4.003	Taquara	Rio de Janeiro
Parque Estadual da Pedra Branca – Núcleo Piraquara	Rua do Governo, s/nº	Realengo	Rio de Janeiro
Parque Estadual da Pedra Branca – Núcleo Camorim	Estrada do Camorim, nº 2.889	Camorim	Rio de Janeiro
Parque Estadual da Pedra Branca - Quilombola	Rua Manoel da Paz, s/nº	Vargem Grande	Rio de Janeiro
Sean – Serviço de Apoio ao Noroeste	Rua Nilo Peçanha, nº 82	-	Santo Antônio de Pádua
Parque Estadual da Serra da Tiririca - Sede	Rua das Rosas, nº 24	Itacoatiara	Niterói
Parque Estadual da Serra da Tiririca - Subsede	Rua Domingos Monica Barbosa, Lote 04	São Bento da Lagoa	Maricá
Parque Estadual da Serra da Tiririca - Verdejante	Estrada da Barrinha, nº 04	-	Maricá

3. DA JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada no serviço de limpeza e higienização de reservatório de água tem fulcro na Lei nº 1893, de 20 de novembro de 1991 que estabelece a obrigatoriedade da limpeza e higienização dos reservatórios de água para fins de manutenção dos padrões de potabilidade, regulamentada pelo Decreto nº 20.356, de 17 de agosto de 1994; bem como no disposto na Deliberação CECA/CN n 3.618, que aprovou a DZ0351.R-2 – Diretriz para concessão e renovação de certidão de registro para empresas de limpeza e higienização de reservatórios de água, e na Portaria nº 518/04 do Ministério da Saúde que dispõe sobre procedimentos e responsabilidades inerentes ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano, estabelece seu padrão de potabilidade.

A fim de evitar que animais, insetos ou impurezas de uma forma geral possam contaminar os reservatórios de água colocando em risco a saúde dos servidores e frequentadores do edifício sede bem como das unidades do Inea com a possível transmissão de doenças como cólera, leptospirose, febre tifoide, dentre outras, faz-se necessária a limpeza e higienização dos reservatórios de água semestralmente por empresa devidamente regulamentada e especializada.

4. DO INÍCIO DO CONTRATO, DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA GARANTIA

- 4.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada na data constante e/ou após a publicação do extrato do Contrato no D.O.
- 4.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ou de data nele acordada, podendo ser renovado de acordo com o interesse das partes.
- 4.3. Exigir-se-á do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados da data da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, uma garantia a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.
- 4.4. A garantia para os serviços prestados deverá ser de, no mínimo, 06 (seis) meses.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. O empregado alocado pela Contratada não terá qualquer vínculo empregatício com o Inea, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade recrutá-lo em seu nome e efetuar todos os pagamentos de salários e demais encargos, cumprindo todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, sem qualquer solidariedade do Inea.
- 5.2. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 5.3. A empresa contratada executará semestralmente a lavagem, higienização e desinfecção de cada reservatório (cisternas e caixas de água), bem como coletará amostra para realização de análise bacteriológica em laboratório credenciado pelo Inea.
- 5.4. A execução do serviço deverá orientar-se pelo MN-33.R-0 – Manual de Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água, aprovado pela Deliberação CECA nº 2.918, de 06 de julho de 1993. Sempre que possível, ocorrerá sem privar a respectiva edificação do abastecimento de água devendo, portanto, ser realizada em um reservatório de cada vez preferencialmente nos dias em que não houver expediente, observando-se sempre as seguintes etapas:
 - 5.4.1. AGENDAMENTO prévio junto ao responsável pelo Serviço de Controle Predial – SERVCOP, por meio do telefone 2334-9466, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis. Caberá à empresa contratada estabelecer junto aos responsáveis do Inea em cada unidade a antecedência ideal, baseada no volume total dos reservatórios e no consumo médio diário, de tal forma que sejam possíveis manobras com vistas à racionalização ao máximo do desperdício de tempo e água durante a limpeza;
 - 5.4.2. EXECUÇÃO da limpeza e desinfecção do reservatório, incluindo:

- a) Esgotamento total do compartimento por processo de sucção com motobomba; considerando-se que, atendida a ETAPA 1, tal reservatório estará com a capacidade mínima de água;
- b) Limpeza das paredes, tetos e pisos com jateamento e escovação interna para retirada total de lodo, detritos, impurezas e outros resíduos acumulados. Usar panos, baldes, esponjas e etc. para remoção dos resíduos e jamais despejar sujidades na própria rede de água potável, para evitar entupimentos ou outros danos (bebedouros, chuveiros, válvulas de descarga, etc).
- c) Higienização e desinfecção através de produto químico bactericida podendo ser usados: hipoclorito de sódio (10%), hipoclorito de sódio (2,5%), cloro clorado (25%) hipoclorito de cálcio (70%), a fim de purificar paredes, pisos e tetos, eliminando completamente microrganismos, germes coliformes, bactérias, etc. Por último se fará o reenchimento com água e a desinfecção final.

5.4.3. COLETA de amostras para exames laboratoriais, compreendendo:

- a) Exame de Clorimetria e PH – Realizado todo o trabalho de lavagem dos reservatórios da edificação, a empresa contratada deverá proceder, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao exame de clorimetria e PH, emitindo certificado;
- b) Análise Bacteriológica – Do 4º(quarto) ao 8º(oitavo) dia após a realização da limpeza e higienização de um determinado reservatório, a empresa contratada deverá providenciar a coleta de amostra da água para análise bacteriológica a ser realizada por Laboratório credenciado pelo Inea, conforme disposto na DELIBERAÇÃO CECA nº2.333, de 28 de maio de 1991;
- c) O resultado da análise bacteriológica deverá atender ao padrões estabelecidos na Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde;
- d) Quando, após a lavagem do reservatório, forem ainda detectadas contaminações pelo resultado da análise bacteriológica, a empresa contratada deverá repetir a limpeza e higienização, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias da ciência do referido resultado, repetindo todas as etapas dos itens “a”, “b” e “c”, citados anteriormente, sem ônus para a contratante, a fim de que seja constatada a efetiva potabilidade da água;

5.4.4. ENTREGA do Boletim de Medição para Potabilidade: Concluído o trabalho, a empresa contratada deverá enviar ao Serviço de Controle Predial – SERVCOP, o respectivo Boletim de Medição para Potabilidade e a respectiva Ordem de Serviço relativa à desinfecção e análise bacteriológica, de acordo com o disposto na DZ – 351.R-2 – Diretriz para Concessão e Renovação de Certificado de Registro para Empresas de Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água, aprovada pela DELIBERAÇÃO CECA nº 3.618, de 24 de abril de 1997, publicada no DOERJ de 28 de abril de 1997.

5.5. Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos, com emprego de pessoal, equipamentos, EPI's e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da empresa contratada, quer seja civil ou administrativa.

5.6. Todo serviço insuficiente e/ou defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela fiscalização, sem ônus para o Inea.

5.7. Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo-se manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

5.8. Na hipótese de contaminação de um reservatório já limpo em razão de infiltrações, vazamentos ou por qualquer outra causa, após a contratante eliminar tais causas através da adoção de medidas necessárias, a empresa contratada realizará, novamente, a limpeza e a higienização do reservatório atingido, mesmo se já realizado o serviço anteriormente à contaminação (limpeza e higienização de acordo com cronograma), observando todos os procedimentos e apresentando todos os documentos pertinentes exigidos, sem ônus à contratante.

5.9. A limpeza e a higienização dos reservatórios, conforme determinação do INEA, deve ser efetuada pelo menos 2 (duas) vezes ao ano, e preferencialmente com um intervalo de 6 (seis) meses.

5.10. Quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços assim como o transporte para a mobilização dos funcionários serão todos fornecidos pela empresa contratada a qual deverá empregar produtos de limpeza que sejam de boa qualidade, inócuos à saúde humana, que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente, não sendo ainda admissível a aplicação de materiais que causem danos nos reservatórios.

5.11. A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado aos reservatórios tais como: caixas d' água ou suas tampas, cisternas ou suas tampas, bombas de recalque, telhas das coberturas ou qualquer outro dano ao imóvel durante a execução dos serviços.

6. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS:

6.0.1. Os serviços constantes destas especificações não poderão ser subcontratados, devendo ser executados por pessoal próprio da Contratada, que deverá ser a única responsável por sua boa execução.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1. Por fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pelo Inea e seus prepostos, através de Comissão de Fiscalização, regularmente constituída, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

7.2. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

7.3. À Fiscalização incumbirá, sem prejuízo de outras atividades:

- a) solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução;
- b) requerer o uso e a disponibilidade de equipamentos, instrumentos e ferramentas pelos profissionais de limpeza;
- c) requerer a substituição de uniformes, insumos, materiais, ferramental e equipamentos que sejam considerados inadequados aos serviços;
- d) paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as boas práticas de segurança, ambientais, ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- e) exercer rigoroso controle sobre o planejamento e o cronograma de rotinas de execução dos serviços;

- f) aprovar partes ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
- g) avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato;
- h) acompanhar os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- i) atuar para aplicação do ANS;
- j) verificar, periodicamente, a satisfação do público usuário; e
- k) controlar o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

8. TERMINOLOGIA

8.1. Equipamentos de Proteção Individual (EPI's): São os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares, capas plásticas, entre outros.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA, além da disponibilização de mão-de-obra, dos materiais em quantidades e qualidade necessários à plena e completa execução dos serviços, obriga-se as seguintes responsabilidades:

9.1.1. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

9.1.2. Tomar todas as providências para o cumprimento das Leis, Regulamentos, Normas Técnicas, bem como das Normas sobre Segurança e Medicina do Trabalho, relativas à execução do objeto do Contrato;

9.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental;

9.1.4. Consultar o fiscal do Contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos, submetendo, em tempo hábil, quaisquer problemas que possam implicar alterações quanto à execução do trabalho;

9.1.5. Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços ou início da vigência contratual, preposto(s) para representar administrativamente, sempre que for necessário, e habilitado a responder pela CONTRATADA a qualquer indagação sobre os serviços executados, com indicação de nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone. O preposto deverá responder aos questionamentos encaminhados pelo Inea por meio de correspondências eletrônicas (e-mail), no prazo de 2 (dois) dias úteis ressaltando que os referidos e-mails serão inseridos no processo eletrônico de fiscalização.

9.1.6. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, otimizando a gestão de seus recursos – quer humano, quer material – com vistas à qualidade dos serviços à satisfação do Inea, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos, utilizando sinalização quando cabível.

9.1.7. Acatar as exigências da Fiscalização quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e quantidade dos materiais e, ainda, a imediata correção de deficiências alinhadas quanto à execução dos serviços contratados;

9.1.8. Apresentar e manter os empregados adequadamente uniformizados num só padrão e identificados de forma condizente com o serviço a executar;

9.1.9. Zelar para que sejam cumpridas as normas internas do Inea relativas à segurança e a prevenção de acidentes e outras normas afetas diretamente à execução dos serviços;

9.1.10. Corrigir todos os erros e falhas verificados nos serviços executados, nos prazos estabelecidos pelo Termo de Referência e pelo Fiscal do Contrato, sem ônus para o Inea e sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.1.11. Responsabilizar-se pelo transporte, por meios próprios, dos prestadores de serviços até as dependências do Inea, e vice-versa, em casos de paralisação dos transportes coletivos;

9.1.12. Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Inea e manter a disciplina nos locais de serviço;

9.1.13. Orientar os empregados que é vedado trabalhar sem os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's obrigatórios; nas instalações do Inea;

9.1.14. Comunicar, por meio de exposição escrita ou eletrônica, imediatamente, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio do Inea, pela execução dos seus serviços;

9.1.15. Apresentar justificativas e/ou adotar as providências por qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio do Inea, ou de terceiros, ainda que decorrente omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas.

9.1.16. Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços, ainda que acontecido em dependência do Inea;

9.1.17. Garantir que o profissional responsável técnico indicado realize a supervisão dos serviços objeto deste Termo de Referência, nos termos do §3º, do art. 13, da Lei nº. 8.666/93;

10. DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

10.1. Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato;

- 10.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93;
- 10.3. Disponibilizar o local e os meios adequados para execução dos serviços, com local para guarda dos materiais, ferramental, insumos e equipamentos;
- 10.4. Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
- 10.5. Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- 10.6. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as tarefas;
- 10.7. Exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais e demais documentos, requisitando as comprovações pertinentes;
- 10.8. Não permitir que pessoas estranhas à Contratada examinem ou provoquem qualquer alteração nos serviços do presente objeto;
- 10.9. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;
- 10.10. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados em Contrato.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. Considerando que o pagamento ocorrerá conforme execução de cada serviço de limpeza e higienização dos reservatórios, a Contratada respeitará a seguinte ordem de procedimentos, antes da emissão de Nota(s) Fiscal(is):
- 11.2. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro (Banco Bradesco S.A.), cujo número e agência deverão ser informados pela CONTRATADA na proposta comercial.
- 11.3. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo (atesto na Nota Fiscal) de cada mês da execução dos serviços.
- 11.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- 11.5. Os pagamentos devidos à CONTRATADA não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial e deverão observar eventuais descontos decorrentes da aplicação do Acordo de Níveis de Serviços.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A CONTRATADA deverá ser especializada no ramo de limpeza e higienização de reservatórios de água com pessoal treinado para atuar em ambiente confinado, ou oficial e legalmente estabelecida, em conformidade com a legislação em vigor.

Deverá comprovar regularidade cadastral junto à autoridade sanitária e/ou ambiental competente e possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas aos serviços objeto deste Termo de Referência.

Deverá apresentar cópia do Alvará de Funcionamento Municipal;

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A CONTRATADA inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.2. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da aplicação das demais infrações previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto n.º 3.149/80.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. É facultado aos licitantes vistoriar as edificações e dependências do Inea, com o objetivo de conhecer os locais e as condições para a prestação dos serviços objeto desta licitação.
- 14.2. A Licitante, ao apresentar a proposta, considerar-se-á como tendo vistoriado todas as instalações assinaladas, entendendo-se como vistoria: “A constatação de um fato em imóvel, mediante exame circunstanciado dos elementos que o constituem, objetivando uma avaliação precisa dos serviços e materiais necessários”.
- 14.2.1. A opção pela vistoria constitui direito e ônus da Licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas que não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, a Licitante resolver não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitoriosa no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação.
- 14.2.2. A vistoria, seja no edifício sede do Inea ou em suas Unidades Descentralizadas, deverá ser agendada junto ao Serviço de Controle Predial no telefone (21) 2334-9466 e/ou endereço de email: secop@inea.rj.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 16:00.
- 14.3. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega, a instalação e o descarregamento;
- 14.4. Cabe à CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

14.5. Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados referentes a prestação do presente objeto só serão considerados entregues devidamente protocolados, enviados por teleograma, carta, fax ou meio digital.

ANEXO I - ANS - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

O Instituto Estadual do Ambiente adotará Acordo de Nível de Serviços – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA, segundo os critérios indicados nos itens subsequentes:

FINALIDADE: Garantir a qualidade dos serviços prestados.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO: Utilização de Processo de Fiscalização Eletrônico para os registros individualizados de cada possível pontuação, que deverá ser preenchido tempestivamente à cada ocorrência.

JUSTIFICATIVA: A Contratada poderá apresentar justificativa para todos os registros passíveis de pontuação, que deverá ser analisada pela Fiscalização do Contrato e respondida antes da aplicação da pontuação.

	ITENS	PONTOS	CRITÉRIOS
1	Não fornecer uniformes completos, EPIs e seus complementos por funcionário a cada período de entrega, por ocorrência comprovada	1	Número de ocorrências em que a contratada falhar quanto ao fornecimento de uniformes e seus complementos.
2	Deixar de orientar os empregados quanto ao uso correto dos EPIs, bem como informar que seu uso é obrigatório	1	Número de ocorrências em que a contratada falhar quanto a orientação do uso dos EPIs ao empregado.
3	Deixar de manter seus funcionários nas dependências do Inea devidamente uniformizados e portando crachá de identificação, por funcionário identificado sem as características citadas.	1	Número de vezes em que as exigências da Fiscalização forem descumpridas.
4	Não fornecer ferramentas, materiais básicos de serviços e afins	2	Número de vezes, após vistoria ou serviço, em que as ferramentas, materiais e afins não estejam disponíveis
5	Não atender as ordens de serviços dentro do prazo ou deixar de informar sobre a impossibilidade do cumprimento ou da solução	3	Número de vezes em que as ordens de serviços não forem descumpridas.
6	Não apresentar os relatórios (PMOC e Relatórios Mensais) dentro dos prazos especificados	3	Número de vezes em que os relatórios não forem apresentados no prazo.
7	Deixar de realizar análise laboratorial quanto a potabilidade da água	3	Por número de análises que deixarem de ser realizadas.
8	Deixar de responder aos contatos e correios eletrônicos encaminhados pela FISCALIZAÇÃO no prazo de até 2 (dois) dias úteis	3	Número de vezes em que as exigências da Fiscalização forem descumpridas.
9	Deixar de refazer os serviços de limpeza e higienização que forem apontados como insatisfatórios pela Comissão de Fiscalização	4	Número de ocorrências em que as exigências da Fiscalização forem descumpridas.
10	Deixar de cumprir em relação aos seus funcionários, com todas as despesas relativas a obrigações e encargos sociais trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, relativa ao objeto da contratação, por mês de medição dos serviços.	4	Número de vezes em que as exigências da Fiscalização forem descumpridas.

PERIODICIDADE: Após execução de cada serviço de limpeza e higienização dos reservatórios

MECANISMO DE CÁLCULO: Somatório da pontuação relativa a cada não atendimento aos critérios definidos na tabela acima.

FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO:

- 02 a 05 pontos = recebimento de 99% da fatura do mês referente
- 06 a 09 pontos = recebimento de 98% da fatura do mês referente
- \geq que 10 pontos = recebimento de 95% da fatura do mês referente e comunicação ao superior para análise da adoção de outras providências

OBSERVAÇÕES:

- a) As penalidades contratuais poderão ser aplicadas independentemente dos critérios adotados neste ANS, decorrentes da gravidade ou reincidência da inexecução dos serviços;
- b) Para a validação da ocorrência de pontuação passível de desconto em cada Ficha de Autorização (modelos entregues pela Contratante), a Fiscalização do Inea entregará uma cópia da mesma para a Contratada, devendo o responsável da Contratada assinar o recebimento;
- c) Na última semana do mês de referência em que forem realizados os serviços, a Fiscalização do Contrato do Inea deverá preencher este formulário para obtenção do resultado do Acordo de Serviço, comunicando à Contratada sobre o resultado da apuração até o segundo dia útil do mês subsequente. A comunicação poderá ser feita pessoalmente, ou por meio eletrônico. As ocorrências pontuadas na última semana do mês serão aplicadas no período seguinte.
- d) Cada Nota Fiscal será encaminhada pela Comissão de Fiscalização do Inea ao seu Setor Financeiro junto com o referente formulário de ANS preenchido.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Roberta de Souza Lopes, Chefe de Serviço**, em 19/02/2021, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wendel Luiz Fernandes Ferreira, Adjunto**, em 19/02/2021, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **13304247** e o código CRC **9D04FEC9**.

Referência: Processo nºSEI-070002/009072/2020

SEI nº 10200248

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: